

Alerta Legislação nº 7, de 11 a 16 fev. 2019
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
15/02/2019 (Ed. extra)	<u>DECRETO Nº 9.711, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências.
13/02/2019 (Ed. extra)	<u>DECRETO Nº 9.708, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem, no Estado do Rio Grande do Norte e no Estado de Rondônia, para a proteção do perímetro de segurança das penitenciárias federais em Mossoró e em Porto Velho.
11/02/2019	<u>DECRETO Nº 9.706, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Concede indulto humanitário e dá outras providências.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2019</u> O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal , com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001 , a Medida Provisória nº 856, de 13 de novembro de 2018 , publicada no Diário Oficial da União no dia 14, do mesmo mês e ano, que "Delega à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel a responsabilidade pela contratação de prestador emergencial e temporário do serviço público de distribuição de energia elétrica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 13 de fevereiro de 2019 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional

	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2019</u></p> <p>O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 855, de 13 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União no dia 14, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre o reconhecimento de direito a recursos associados às concessões de distribuição incluídas pelo art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.</p> <p>Congresso Nacional, 13 de fevereiro de 2019</p> <p>Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2019</u></p> <p>O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 849, de 31 de agosto de 2018, que "Posterga e cancela aumentos remuneratórios de pessoal civil da administração pública federal para exercícios subsequentes", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 8 de fevereiro do corrente ano.</p> <p>Congresso Nacional, em 13 de fevereiro de 2019</p> <p>Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI) → Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Constituir grupo técnico com o propósito de dinamizar a capacitação de recursos humanos para o setor nuclear brasileiro.</p> <p>(...)</p>
<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA <u>PORTARIA Nº 17, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Determinar aos Departamentos da Secretaria de Defesa Agropecuária, em articulação com as Divisões de Defesa Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura de todas as Unidades Federativas, a realização de levantamento dos processos de autos de infração emitidos pela fiscalização agropecuária que prescreveram nos últimos cinco anos, apurando as possíveis causas e as unidades onde os processos se encontram.</p> <p>(...)</p>
<p>Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL <u>PORTARIA Nº 293, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019</u></p> <p>Institui o Grupo de Gestão do Aplicativo Anatel Comparador - GAAC.</p>

<p>Comunicações</p>	
<p>Ministério da Economia</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 39, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Aprova instruções para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS ano-base 2018.</p> <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.929, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Altera e consolida as normas relativas à apuração da base de cálculo e ao recolhimento das contribuições das instituições associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC).</p> <p><u>CIRCULAR Nº 3.928, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Altera a Circular nº 3.924, de 19 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a utilização de recebíveis de arranjo de pagamento em garantia de operações de crédito.</p> <p><u>CIRCULAR Nº 3.927, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Divulga novo Regulamento do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef).</p> <p>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF <u>CIRCULAR Nº 852, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2019, e dá outras providências.</p> <p>SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL <u>PORTARIA Nº 1, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias, no exercício de 2019, e dá outras providências.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>RETIFICAÇÃO</u> No art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.867, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU de 28 de janeiro de 2019, seção 1, página 64, Onde se lê: "Art. 96. O vencimento do prazo de pagamento das contribuições sociais incidentes sobre o décimo terceiro salário, exceto no caso de rescisão, dar-se-á no dia 20 de dezembro, e no caso de empregado doméstico, até o dia 7 de janeiro do ano seguinte, antecipando-se o prazo para o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia." (NR) Leia-se: "Art. 96. O vencimento do prazo de pagamento das contribuições sociais incidentes sobre o décimo terceiro salário, exceto no caso de rescisão, dar-se-á no dia 20 de dezembro, e no caso de empregado doméstico, até o dia 7 de janeiro do ano seguinte, antecipando-se o prazo para o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia. " (NR) (...)</p>

	<p><u>PORTARIA Nº 225, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Altera a Portaria RFB nº 3.010, de 29 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA ↳ Conselho Nacional de Política Fazendária</p> <p><u>ATO COTEPE/PMPF Nº 3, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES <u>PORTARIA Nº 32, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Avaliação de Propostas de Cursos Novos, APCN, de Pós-Graduação stricto sensu.</p> <p>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre o recebimento das prestações de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE, relativas à competência de 2018, e dá outras providências.</p> <p><u>PORTARIA Nº 65, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre os coeficientes de distribuição e a estimativa anual de repasses das quotas estaduais e municipais do salário-educação a vigorar no exercício de 2019, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Infraestrutura</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC <u>RESOLUÇÃO Nº 505, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019</u> Altera a Resolução nº 377, de 15 de março de 2016. (...) Art. 1º A Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, que regulamenta a outorga de serviços aéreos públicos para empresas brasileiras, passa a vigorar com a seguinte alteração: "Art. 14. A concessão para operar permanecerá válida enquanto a empresa mantiver todas as condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC e atender as demais leis e normas infralegais aplicáveis." (NR) (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 504, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Aprova a Emenda nº 09 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 61. (...) Art. 1º Aprovar a Emenda nº 09 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 61, intitulado "Licenças, habilitações e certificados para pilotos", consistente nas seguintes alterações: "61.197 (a) Para revalidar a habilitação de classe, seu titular deve ser aprovado em exame de proficiência em aeronave da classe pertinente. (b) Caso haja mais de uma habilitação de classe averbada na mesma licença:</p>

	<p>(1) a concessão ou revalidação da habilitação de classe avião multimotor terrestre revalida a habilitação de classe avião monomotor terrestre;</p> <p>(2) a concessão ou revalidação da habilitação de classe avião multimotor anfíbio revalida a habilitação de classe avião monomotor anfíbio; e</p> <p>(3) a concessão ou revalidação da habilitação de classe helicóptero multimotor revalida as habilitações de classe helicóptero monomotor a turbina e helicóptero monomotor convencional." (NR)</p> <p>Parágrafo único. A Emenda de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/), na rede mundial de computadores.</p> <p>(...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 503, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Aprova Emendas aos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil - RBACs nºs 119, 137, 142, 145 e 153.</p>
<p>Ministério da Justiça e Segurança Pública</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 159, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Departamento Penitenciário Nacional, na Penitenciária Federal de Brasília - Distrito Federal.</p> <p><u>PORTARIA Nº 157, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre a consolidação das Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária atualizada até Dezembro de 2018, nos termos do determinado na Resolução nº 4/2016-CNPCP.</p>
<p>Ministério de Minas e Energia</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP <u>RESOLUÇÃO Nº 770, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Altera a Resolução ANP nº 40, de 25 de outubro de 2013, que trata das especificações das gasolinas de uso automotivo, para revogar os dispositivos que versam sobre a adição compulsória de aditivos detergentes dispersantes à gasolina.</p> <p>SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL <u>PORTARIA Nº 37, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Art. 1º - Determinar à Agência Nacional de Mineração-ANM que instaure procedimento de investigação e responsabilização administrativa para apuração do modo como vêm sendo procedidos o controle e a fiscalização de segurança quanto ao risco de estabilidade</p>

	das barragens sujeitas ao campo de sua competência.
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 21, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Institui o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - CTIC/MMFDH.</p>
Ministério das Relações Exteriores	<p>SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES ↳ Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania <u>MEMORANDO DE COOPERAÇÃO EM TEMAS COMERCIAIS E ECONÔMICOS ENTRE O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL) E A COMISSÃO ECONÔMICA EUROASIÁTICA</u></p>
Ministério da Saúde	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 102, DE 23 DE JANEIRO DE 2019</u> Altera o repasse dos recursos financeiros federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica referente a Municípios do Estado de São Paulo.</p> <p><u>PORTARIA Nº 75, DE 18 DE JANEIRO DE 2019</u> (*) Atualiza, para o ano de 2019, os valores dos repasses de recursos financeiros federais referente ao Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PF-Visa), do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde para os Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à execução das ações de vigilância sanitária, em função do ajuste populacional de que trata o art. 463, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 6 de setembro de 2017.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>CONSULTA PÚBLICA Nº 608, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo I13 - Imidacloprido, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003 (...)</p> <p><u>CONSULTA PÚBLICA Nº 607, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo F43 - Fipronil, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.</p>

(...)

CONSULTA PÚBLICA Nº 606, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

(...)

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo C64 - Clotianidina, contida na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.

(...)

CONSULTA PÚBLICA Nº 605, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

(...)

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo D06 - Deltametrina, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.

(...)

CONSULTA PÚBLICA Nº 604, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

(...)

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo M17 - Metomil, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.

(...)

CONSULTA PÚBLICA Nº 603, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

(...)

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo C74 - Ciantraniliprole, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n. 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.

(...)

CONSULTA PÚBLICA Nº 602, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

(...)

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo P34 - Piriproxim, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº

	<p>165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003. (...)</p> <p><u>CONSULTA PÚBLICA Nº 601, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo P30 - Praletrina, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RDC Nº 265, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.</p> <p><u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 266, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre os procedimentos relativos à interposição de recursos administrativos em face das decisões da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 264, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre a atualização das indicações terapêuticas de medicamentos à base de lenalidomida, previstas na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 191, de 11 de dezembro de 2017.</p> <p>– Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO Nº 389, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Proibir a distribuição e comercialização, em todo o território nacional, dos lotes de carne de frango, marca Perdigão, abaixo listados, fabricados pela BRF - BRASIL FOODS S.A, CNPJ 01.838.723/0067-53. (...)</p>
<p>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</p>	<p>CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) <u>RESOLUÇÃO Nº 1.560, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Altera o Art. 5º da Resolução CFC n.º 1.486/2015, que dispõe sobre o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de registro em Conselho Regional de Contabilidade, publicada no DOU, Seção I, em 22/5/2015</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) RETIFICAÇÃO <u>NA RESOLUÇÃO Nº 4, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019</u> publicada no Diário Oficial nº 31, de 13 de fevereiro de 2019, Seção 1, pág. 84 Onde se lê: (...)</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Institui as regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional, e revoga a Resolução CFP nº 07/2003 e Resolução CFP nº 15/1996</p> <p>RETIFICAÇÃO <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019</u> publicada no Diário Oficial nº 30, de 12 de fevereiro de 2019, Seção 1, pág.68, Onde se lê: (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Institui normas e procedimentos para a perícia psicológica no contexto do trânsito e revoga as Resoluções CFP nº 007/2009 e 009/2011</p> <p>CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS <u>RESOLUÇÃO Nº 55, DE 18 DE JANEIRO DE 2019</u> Altera os artigos, 23 a 37 da Resolução CFT nº 40 que dispõe sobre o Termo de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional e dá outras providências.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>16/02/2019</p>	<p>DECRETO Nº 64.114, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019 Restabelece a vigência do Decreto nº 63.798, de 9 de novembro de 2018, que transferiu e reorganizou o programa de bolsas para aprimoramento de profissionais de nível superior que atuam na área da saúde, e dá providências correlatas</p> <p>DECRETO Nº 64.112, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019 Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais pertencentes à Administração Direta e Autarquias, relativo aos dias que especifica e dá providências correlatas (...)</p> <p>Artigo 1º - Fica suspenso o expediente nas repartições públicas estaduais pertencentes à Administração Direta e Autarquias, relativo aos dias adiante mencionados, no exercício de 2019: I - 4 de março - segunda-feira - Carnaval; II - 5 de março - terça-feira - Carnaval.</p> <p>Artigo 2º - O expediente das repartições públicas estaduais a que alude o artigo 1º deste decreto, relativo ao dia 6 de março - quarta-feira de cinzas, terá seu início às 12:00 (doze) horas.</p> <p>Artigo 3º - O disposto neste decreto não se aplica às repartições em que, por sua natureza, houver necessidade de funcionamento ininterrupto.</p> <p>Artigo 4º - Os dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público poderão adequar o disposto neste decreto às entidades que dirigem.</p> <p>Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.</p>

14/02/2019	<u>LEI Nº 16.937, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Altera as Leis <u>nº 14.477, de 6 de julho de 2011</u> , <u>nº 14.921, de 27 de dezembro de 2012</u> , e <u>nº 15.696, de 12 de março de 2015</u> (*) (*) <i>Operações de crédito</i>
12/02/2019	<u>DECRETO Nº 64.111, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Cria a Faculdade de Tecnologia – FATEC de Matão, em Matão, como Unidade de Ensino Tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" – CEETEPS e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Casa Civil (CC)	SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO <u>PORTARIA UNICOM 04, DE 11-2-2019</u> Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para criação de parâmetros de negociação centralizada de descontos e valores a serem adotados pelas agências de publicidade contratadas pela administração pública estadual, em suas negociações junto aos veículos de comunicação
Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>PORTARIA CONJUNTA G-CEL-SESP/G-CGEB-SEE/G-SEDPCD/G-CEETEPS-SDECTI, DE 14-02-2019</u> (...) Artigo 1º - O Regulamento dos Jogos Escolares do Estado de São Paulo – JEESP é composto por duas partes e respectivos itens, atendendo o segmento convencional (Artigo 2º até 262) e do paradesporto (Artigo 263 até 342). (...)
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 7, DE 12-2-2019</u> Institui o Grupo de Trabalho Conexão Ensino Médio e Ensino Superior
Fazenda e Planejamento (SFP)	UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) <u>COMUNICADO</u> FAZENDA E PLANEJAMENTO UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS Artigo 115 da CE - Suplemento Especial A Unidade Central de Recursos Humanos, à vista do que dispõe o § 2º do artigo 5º do Decreto nº 50.881, de 14 de junho de 2006 (Institui o Sistema Único de Cadastro de Cargos e Funções-Atividades - SICAD, da Administração Direta e das Autarquias do Estado) COMUNICA aos órgãos setoriais de recursos humanos da

	<p>Administração Direta e Autarquias do Estado que encaminhará à Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP as informações coletadas e sistematizadas relativas à quantidade de cargos, empregos públicos e funções-atividades, ocupados e vagos, em 31 de dezembro de 2018, para publicação em Suplemento Especial do Diário Oficial do Estado, Executivo, Seção I, no dia 30 de abril de 2019, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição Estadual.</p> <p>AS ENTIDADES FUNDACIONAIS, DE ECONOMIA MISTA E AS EMPRESAS PÚBLICAS DEVERÃO, para atendimento ao dispositivo constitucional, encaminhar diretamente à Imprensa Oficial do Estado S.A - IMESP, impreterivelmente até o dia 05 de abril de 2019, o quantitativo de seus quadros.</p> <p>Essas entidades, na hipótese de maiores esclarecimentos quanto a transmissão e publicação, deverão contatar a Imprensa Oficial do Estado pelo telefone: SAC 0800 01234 01.</p> <p>O arquivo deverá vir no formato texto com tabulação e salvo como texto sem formatação e enviado para o email: artigo115-2019@imprensaOficial.com.br</p>
<p>Justiça e Cidadania (SJC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA NORMATIVA 52/2019, DE 14-2-2019</u> Dispõe sobre o procedimento de Pedido de Esclarecimento - DAOC (§4º, ART. 55 DO CDC) Art. 1º O Diretor de Atendimento e Orientação ao Consumidor, de ofício, por ato motivado, poderá solicitar pedido de esclarecimento, nos termos do Art. 55, § 4 do CDC, ao fornecedor de Produtos e/ou serviços para que preste informação sobre fato de interesse do consumidor. (...)</p> <p>FUNDAÇÃO INST. DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA (ITESP) <u>PORTARIA 31/2019, DO DIRETOR EXECUTIVO, DE 14-2-2019</u> Institui Grupo de Trabalho para elaboração de proposta objetivando a regularização fundiária de imóveis inseridos em terras devolutas ou presumidamente devolutas estaduais, acima de 15 módulos fiscais</p>
<p>Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA - 10, DE 12-02-2019</u> Altera dispositivos da Resolução SMA 121, de 20-12-2013, que define, no âmbito da administração das unidades de conservação do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA, critérios técnicos e diretrizes que deverão nortear o estabelecimento do zoneamento e da normatização da Área de Proteção Ambiental, de que trata o artigo 15, da Lei Federal 9.985, de 18-07-2000, e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SIMA - 9, DE 12-02-2019</u> Dispõe sobre a estrutura e a composição da Unidade de Coordenação do Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente - UCP/TLMA, instituída pelo Decreto Estadual 60.651, de 15-07-2014</p>

<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE 3, DE 12-2-2019</u> Dispõe sobre a elaboração da minuta de manifestação prevista no artigo 90, § 2º, da Constituição do Estado de São Paulo(*) (*) <i>Artigo 90 - São partes legítimas para propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estaduais ou municipais, contestados em face desta Constituição ou por omissão de medida necessária para tornar efetiva norma ou princípio desta Constituição, no âmbito de seu interesse:</i> I - o Governador do Estado e a Mesa da Assembléia Legislativa; II - o Prefeito e a Mesa da Câmara Municipal; III - o Procurador-Geral de Justiça; IV - o Conselho da Seção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil; V - as entidades sindicais ou de classe, de atuação estadual ou municipal, demonstrando seu interesse jurídico no caso; VI - os partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa, ou, em se tratando de lei ou ato normativo municipais, na respectiva Câmara. (...) § 2º - Quando o Tribunal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral do Estado, a quem caberá defender, no que couber, o ato ou o texto impugnado. (...)</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 11, DE 13-02-2019</u> Constitui Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Estadual de Saúde e do Plano Plurianual de Saúde para o período de 2020 a 2023 e dá outras providências</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 9, DE 12-2-2019</u> Acrescenta dispositivos à Resolução SS-97, de 28-12-2018, que dispõe sobre a prorrogação do prazo de aplicação dos recursos liberados em decorrência de convênios e seus desdobramentos, e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 7, DE 12-2-2019</u> Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Estadual de Bancos de Tecido Ocular Humano (CTEBTOH), a que se reporta a Resolução SS - 114, de 29-09-2014, republicada em 09-10-2014, e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS 6, DE 8-2-2019</u> Dispõe sobre a estrutura organizacional e operacional do Sistema Estadual de Transplantes de São Paulo</p>
<p>Segurança Pública (SSP)</p>	<p>SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA <u>PORTARIA SPTC-21, DE 8-2-2019</u> Cria grupo de trabalho para estudar e normatizar o uso de drones no âmbito dessa Superintendência</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>16/02/2019</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2019</u> Cria a Política de Diagnóstico e Tratamento da Síndrome da depressão nas redes públicas de saúde e dá outras providências.</p>

	DOE, Legislativo, 16/02/2019, p. 5
15/02/2019	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 28, DE 2019</u> Institui a Política Estadual de Mobilidade Metropolitana DOE, Legislativo, 15/02/2019, p. 4</p>
14/02/2019	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 27, DE 2019</u> Dispõe sobre a criação do Centro Regional de Transplantes, ligado à Santa Casa de São José dos Campos, naquele município DOE, Legislativo, 14/02/2019, p. 8</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 26, DE 2019</u> Dispõe sobre a prioridade na utilização de aeronaves do Governo do Estado de São Paulo e da Polícia Militar do Estado para o transporte das equipes de captação de órgãos para transplantes do Estado DOE, Legislativo, 14/02/2019, p. 8</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 25, DE 2019</u> Autoriza o Poder Executivo a criar no âmbito do Estado de São Paulo, o Programa "Ronda Maria da Penha" DOE, Legislativo, 14/02/2019, p. 8</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 24, DE 2019</u> Autoriza o Poder Executivo a criar o programa "Bolsa Empreendedor", no âmbito do Estado de São Paulo, e fixa outras providências. DOE, Legislativo, 14/02/2019, p. 8</p>
13/02/2019	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 23, DE 2019</u> Proíbe as instituições financeiras, no âmbito do Estado de São Paulo, de ofertar e celebrar contrato de empréstimo financeiro com aposentados e pensionistas por meio de ligação telefônica. DOE, Legislativo, 13/02/2019, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 22, DE 2019</u> Autoriza o Poder Executivo a Transferência de Vias, Viadutos e Pontes Construídos pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do Governo do Estado de São Paulo, e dá outras providências DOE, Legislativo, 13/02/2019, p. 10</p> <p>PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2019</u> Cria o Observatório do Parlamento Paulista da Política Estadual para Mediação dos Conflitos Fundiários no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 13/02/2019, p. 10</p>
12/02/2019	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2019</u> Dispõe sobre a criação da Farmácia Veterinária Popular no Estado de São Paulo e dá outras providências</p>

	<p>DOE, Legislativo, 12/02/2019, p. 10</p> <p>PROJETO DE LEI Nº 20, DE 2019 Dispõe sobre a criação da CAS - Central de Atendimento ao Surdo, no âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 12/02/2019, p. 10</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
11/02/2019 a 16/02/2019	<i>Não houve</i>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107